

Policy Brief

Objetivos e resultados da pesquisa

“Bolivianos em São Paulo: Redes, Territórios e a Produção da Alteridade” é um projeto construído a partir da preocupação com as condições de vida dos bolivianos em São Paulo. O tema estudado é a xenofobia e o preconceito. Procura-se problematizar a relação entre a afirmação das diferenças culturais do boliviano e a sustentação de um discurso conservador que tolhe a sua autonomia. Até que ponto a afirmação de que o boliviano é um “índio” pode ser considerada como racismo? De que modo este discurso desqualifica o seu alvo? Qual o mecanismo do novo racismo, que reclama a irredutibilidade das diferenças culturais? Em que medida isto se articula com a defesa de políticas conservadoras que restringem a autonomia do imigrante? Até que ponto a questão da vitimização do imigrante pela sociedade brasileira – que o vê como um “coitadinho” incapaz de tomar a vida nas próprias mãos – pode trazer consequências políticas? Em que medida as políticas afirmativas das particularidades culturais reforçarão o estatuto de vítima que o boliviano ocupa na sociedade brasileira?

Por outro lado, sob a perspectiva da comunidade boliviana, levantam-se os seguintes problemas: até que ponto há um processo de confinamento dos seus membros dentro deste grupo? De que maneira os representantes de suas instituições se posicionam frente à questão da vitimização? Quais as suas opiniões sobre políticas que reconheçam as diferenças culturais? Que alternativas são capazes de apontar?

O principal objetivo da pesquisa é identificar, analisar e estabelecer relações entre as diferentes formas da presença boliviana na cidade de São Paulo e a produção do Outro. Alguns dos objetivos específicos são: entender as principais demandas dos bolivianos em São Paulo; analisar como são vistos por seus vizinhos; relacionar os principais estigmas imputados a eles; estudar o mecanismo de dissimulação do preconceito racial; estabelecer a relação entre afirmação da diferença e defesa de políticas conservadoras; localizar os padrões de territorialidade e segregação dos bolivianos na metrópole; aprofundar a discussão sobre a vitimização e apontar as implicações políticas destes fenômenos.

Procurou-se harmonizar o uso de metodologias qualitativas e quantitativas. Em um primeiro momento, elaborou-se um *plano de pesquisa de campo*, no sentido de criar grupos de entrevistados, a saber: vizinhos dos bolivianos, instituições que lidam com a imigração e os próprios imigrantes. Depois, elaboraram-se *roteiros de entrevista* com perguntas abertas para cada tipo de entrevistado, enfocando-se os temas da xenofobia e do preconceito. Enfim, recorreu-se ao método estatístico para caracterizar a presença boliviana na cidade de São Paulo.

A primeira conclusão a que se chegou é a de que o boliviano é visto como uma vítima pelos vizinhos entrevistados. Isto tem consequências negativas, na medida em que se esvazia a sua responsabilidade por seu próprio destino, ou seja, ele é apontado como um membro dócil de um grupo que na sociedade tem estatuto de vítima. Grupo este que é imposto ao imigrante, quer dizer: este pertencimento não deriva de um interesse pessoal.

A segunda conclusão é a de que os bolivianos estão segregados nos espaços que frequentam na cidade, evitando misturar-se com os brasileiros. Boa parte dos imigrantes

se confina no interior de seu grupo, no intuito de encontrar segurança e assumir menos responsabilidades por seu próprio destino. Este cenário é preocupante, na medida em que este confinamento ascenda ao plano político, mediante a execução de políticas multiculturais – produzindo uma fobia da mistura com a diversidade.

Um terceiro ponto é a existência de um racismo que reclama as diferenças culturais dos bolivianos como irreduzíveis, apontando-os como índios, sujos, escravos etc. Esta afirmação das diferenças tem sido usada para justificar a sua exclusão social, bem como a adoção de políticas migratórias austeras e conservadoras.

Implicâncias políticas específicas

Uma política de reconhecimento das particularidades do grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo precisa levar em consideração os três pontos levantados acima – se quiser ser bem sucedida. Recentemente foi criada – no âmbito do poder público municipal – a Coordenação de Política para Migrantes. O seu objetivo será o de criar políticas públicas específicas para os bolivianos que vivem em São Paulo, focando-se nos temas da xenofobia e da discriminação.

Na *Proposta para uma Política Municipal de Migrações*¹ (elaborado pelo Centro de Cidadania e Direitos do Imigrante - CDHIC) sugere-se a criação de um “programa de escolas multiculturais”, bem como a criação de um canal para receber denúncias e reclamações de *bullying*. Se mal conduzido, este canal de denúncia pode reforçar o estatuto de vítima que o boliviano já ocupa aos olhos da sociedade. Não é recomendável que se adote este tipo de política punitiva, pois ela reforça os estereótipos já existentes. Pelo contrário, é preciso criar uma política compreensiva que inclua o agressor e suas motivações como parte da solução do problema.

A condução dos programas de escolas e postos de atendimento multiculturais enfrenta o perigo de se perder na defesa de interesses comunitários específicos. Se isto acontecer, estes postos de saúde e escolas poderão se tornar ambientes autoritários e esvaziados de democracia. É preciso desenvolver uma política que reconheça as pessoas pelo que elas são e não pelo grupo a que elas pertençam. Que valorize as suas escolhas pessoais e não o seu pertencimento a um grupo que lhe é imposto. Neste sentido, recomenda-se ter o cuidado de não separar os brasileiros dos bolivianos em salas de aula diferentes, ou de criar postos de saúde onde somente bolivianos são atendidos separadamente.

No enfrentamento do trabalho análogo à escravidão é preciso ter o mesmo cuidado de não vitimizar o boliviano que se encontra nesta situação. As grandes empresas e fornecedores são quase sempre os grandes vilões, enquanto os bolivianos são desresponsabilizados pela condição em que se encontram. Assim, estas políticas precisam sim enfrentar esta situação – que é inaceitável – mas procurando de alguma maneira imputar responsabilidades aos imigrantes encontrados em situação análoga à escravidão, reconhecendo-o enquanto sujeito capaz de conduzir-se por si mesmo. Atualmente, imputam-se volumosas multas às grandes marcas, tornando vantajoso ao imigrante permanecer na posição de vítima.

¹ Disponível em <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Propostas-CDHIC-ao-Governo-Haddad-politica-mun-migracao.pdf>>. Acesso 25 de agosto de 2013.

Implicâncias políticas gerais

Esta pesquisa aponta para dois problemas fundamentais que enfrenta qualquer política multicultural, ou seja, aquelas políticas que visam dar um reconhecimento no espaço público à diferença cultural. O primeiro ponto refere-se ao autoritarismo que se pode incorrer ao rotular um indivíduo mais por seu pertencimento a um grupo – do qual ele pode nem sequer ter escolhido ser membro, como é o caso dos imigrantes – do que por suas escolhas e interesses pessoais. Assim, estas políticas perigam reforçar ainda mais os estereótipos do qual este grupo já é alvo – facilitando que este grupo se apresente com o estatuto de vítima, o que é vantajoso tanto do ponto de vista da comodidade do grupo em questão (pois não precisam assumir responsabilidades), como do ponto de vista da elite estabelecida, que pode sempre monitorar e manter as minorias sob controle.

Embora esta posição seja cômoda para ambos os lados, ela é desvantajosa do ponto de vista do funcionamento da sociedade. Primeiro, porque o reforço dos estereótipos leva a que estes grupos não queiram viver uns com os outros, favorecendo a segregação e a intolerância. Segundo, porque a ausência de responsabilidade das minorias por seu próprio destino não resolverá os seus anseios e principais questões em longo prazo. Vale dizer, estas minorias só deixarão de ser estigmatizadas pela sociedade na medida em que se sintam responsáveis pelos avanços e conquistas que obtêm nas relações sociais e políticas. Com isto, não quero dizer que não devam ser adotadas políticas multiculturais, mas que esta escolha traz consigo problemas sérios que precisam ser levados em consideração.

O comunitarismo é um risco sempre presente quando há o reconhecimento de uma diferença no espaço público. Por isso, é preciso primeiro abordar quais são os interesses que se confrontam dentro de uma comunidade em particular e perguntar-se de que maneira elas se articulam com o desenho de uma política pública. É preciso perguntar-se o que está oculto na afirmação enfática de que a diferença é positiva em si. Isto contém germes de produção social de diferenças e hierarquias que, se alinhadas com políticas públicas, tornam-se potencialmente explosivas e catastróficas.

O século XX presenciou genocídios que foram produzidos pela descrença do que discursos xenófobos e racistas poderiam produzir. Portanto, há a constante necessidade de perguntar-se o que está oculto por trás de tudo que se apresenta como uma receita para o mau funcionamento da sociedade.

Dados biográficos e Contato

Fabio Martinez Serrano Pucci é bacharel em Ciências Sociais formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 2011, realizou uma pesquisa de iniciação científica intitulada “A Inserção dos Bolivianos nos Bairros do Bom Retiro, Brás e Pari e a Produção da Alteridade: como são vistos pela vizinhança?”, com apoio do CNPq, a qual foi premiada com Menção Honrosa. Email: fabiosop@msn.com